



A inclusão da pauta das relações de gênero na revista *Psicologia e Sociedade* (1986-1991)

The inclusion of the gender relations agenda in *Psychology and Society* (1986-1991)

Maria Ignez Costa Moreira (orcid.org/ 0000-0003-3602-9609)¹

Resumo

A inclusão da epistemologia e da metodologia feministas na pauta da Associação Brasileira de Psicologia Social – Abrapso é o objeto do presente artigo, que busca resgatar os primeiros trabalhos publicados na revista *Psicologia e Sociedade* no período compreendido entre 1986 e 1991. Nos registros desses primeiros passos, encontramos alguns acontecimentos da década de 1980 que potencializaram o encontro da Psicologia Social com o feminismo. A Abrapso havia sido fundada em 1980 e o movimento feminista se unificava, naquele momento, em torno da bandeira do combate à violência contra as mulheres. Nessa década, a perspectiva inovadora de trabalho da Psicologia Social brasileira nos contextos concretos grupais, comunitários e institucionais, abre espaço para a reflexão sobre a condição das mulheres, especialmente daquelas em condição de violência. Ao mesmo tempo, essa demanda emergente traz novas indagações sobre as possibilidades teórico-metodológicas da Psicologia Social.

Palavras-chaves: Psicologia social. Feminismo. Relações de gênero.

Abstract

The inclusion of epistemology and feminist methodology in the Brazilian Association of Social Psychology – Abrapso is the object of this article, which seeks to rescue the first works published in the journal *Psychology and Society* between 1986 and 1991. In the records of these first steps, we find some events of the 1980s, which potentialize the meeting of Social Psychology with feminism. Abrapso had been founded in 1980 and, at that time, the feminist movement was unified around the flag against violence against women. In this decade, the innovative perspective of Brazilian Social Psychology works in concrete group, community and institutional contexts, favor the reflection on the condition of women, especially those in situation of violence. At the same time, it demands new inquiries about the possibilities of theoretical-methodological aspects of Social Psychology.

Keywords: Social psychology. Feminism. Gender relations.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: maigcomo@uol.com.br.

O objetivo principal deste artigo é apresentar a inclusão da epistemologia e da metodologia feministas na pauta da Associação Brasileira de Psicologia Social – Abrapso, por meio de uma revisão dos primeiros números da Revista *Psicologia e Sociedade*, publicados entre 1986 e 1991. *Psicologia e Sociedade* é um periódico de grande relevância para a Psicologia Social brasileira, publicado desde 1986, com uma única interrupção entre 1992 e 1994.

Cruz e Stralen (2012) analisaram a produção da Psicologia Social brasileira, por meio da pesquisa nos textos publicados também nessa primeira fase da revista, no período de 1986 a 1992. O objetivo dos autores difere da intenção do presente artigo, mas a análise anteriormente realizada por eles oferece elementos importantes que contribuem para a discussão sobre inclusão dos temas relacionados às mulheres e às relações de gênero no campo da Psicologia Social.

Santos, Carvalho, Amaral, Borges e Mayorga (2016) examinaram os números de *Psicologia e Sociedade* publicados entre 1996 e 2010, com o objetivo de compreender de que modo a Psicologia Social havia incorporado o debate crítico sobre a categoria de gênero. O período escolhido pelas autoras para a análise dos artigos publicados tem sido nomeado na história do feminismo como “terceira onda”, momento em que o feminismo afirma o direito à diferença, ressaltando que ela não poderia ser confundida com a desigualdade. Nesse momento, o feminismo viu-se obrigado a enfrentar um problema teórico interno, ou seja, o da impossibilidade de se eleger um sujeito político universal no singular – “a mulher” –, posto que existem diferenças das mulheres entre si, assim como diferenças entre os homens, evidenciadas por outras categorias de pertencimento social, tais como: classe, raça-etnia, sexualidade e geração.

Além disso, autoras feministas associadas à terceira e à quarta ondas do feminismo, como Butler (2003), questionaram os sentidos distintos produzidos para os termos “sexo” e “gênero”. Inicialmente, o termo “sexo” foi tomado no sentido das diferenças biológicas entre homens e mulheres, ao passo que o termo “gênero” foi cunhado para a compreensão mais ampla dos sentidos construídos e compartilhados, nas perspectivas cultural, social, histórica e psíquica, para as diferenças de sexo. A distinção se fazia necessária naquele momento da primeira onda do feminismo, para que se pudesse denunciar e superar as diferenças

tomadas como desigualdades, o que gerava a naturalização da violência praticada contra as mulheres e da submissão delas ao poder dos homens. Butler (2003) argumenta que o “sexo” não se resume à materialidade biológica, mas ele próprio só pode ser compreendido por meio da linguagem. Portanto, os sentidos atribuídos ao sexo são também construídos e compartilhados nos contextos culturais, sociais e históricos, e atravessam os processos de subjetivação de homens e mulheres.

Neste artigo, compreendemos a epistemologia feminista como um campo de conhecimento de caráter interdisciplinar. Ela não se constitui em torno de uma temática nova, pois trata de compreender os sentidos produzidos para as diferenças entre homens e mulheres, e, nesse sentido, é tributária do movimento feminista em sua luta pela emancipação das mulheres. Rago (1998), Machado (1994) e Muniz (2015) consideram que a novidade epistemológica trazida é o questionamento sobre o modo de produção do conhecimento científico calcado nas noções de objetividade e neutralidade, que excluem as diferenças e naturalizam as desigualdades. A epistemologia feminista recusa qualquer afirmação sobre características essenciais da mulher, pois recusa a construção de uma mulher universal em contraponto a um homem universal. A generalização do modelo dominante, ou seja, homem, branco, heterossexual, produz uma normatividade guiada por valores masculinos, classistas e racistas, a qual desqualifica e justifica a dominação de todos/todas aqueles/as que não se enquadrem nos atributos dominantes.

Neste estudo, examinamos as publicações do período 1986 –1992 em *Psicologia e Sociedade*, que revelam um traço comum ao comunicarem os resultados de pesquisas e intervenções psicossociais cujo interesse central residia nas questões específicas das mulheres. Além desse traço comum, esse primeiro feixe de artigos pode ser filiado à primeira onda do feminismo, que se pautou pela defesa do direito de igualdade das mulheres em relação aos homens, ou seja, que as mulheres tivessem pleno acesso e respeito aos seus direitos humanos, civis e sociais (Hita, 2002).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o conceito de gênero estava em fase inicial de construção pelas teóricas norte-americanas, com destaque para Scott (1990). Por essa época, alguns grupos feministas brasileiros tiveram acesso ao texto em inglês de Scott, o qual foi traduzido e começava a ser divulgado no Brasil. Em 1990, o artigo foi publicado

pela revista gaúcha *Educação e Sociedade*. Desse modo, os primeiros artigos publicados na revista da Abrapso ainda não faziam referência à categoria de gênero e sim à condição específica das mulheres no que se refere à sistemática violência sofrida, à exclusão e à desigualdade social.

Esta revisão histórica é importante como registro da incorporação inovadora e específica da temática das mulheres no campo da Psicologia Social, em diálogo com os de temas já clássicos do campo, como, por exemplo, os processos de construção da identidade psicossocial. É necessário lembrar que a Psicologia Social brasileira se conectou ao campo interdisciplinar da epistemologia feminista por meio da forte contribuição das psicólogas sociais mineiras, filiadas, em grande maioria, ao Setor de Psicologia Social do curso de Psicologia da Fafich/UFMG, que se tornaram abrapsonianas na primeira hora.

Metodologicamente, a garimpagem dos artigos foi iniciada pela busca nos dezenove primeiros números impressos da revista, no período compreendido entre 1986 e 1991. Em 1986, primeiro ano de circulação da revista, não foi publicado nenhum artigo sobre a temática do feminismo ou das questões relativas às mulheres. O primeiro artigo sobre a Delegacia de Mulheres foi publicado em 1987. Foram selecionados os artigos que apresentavam em seus títulos e/ou palavras-chaves os termos: feminismo; mulher; violência contra a mulher; delegacia de mulheres; gênero; relações conjugais e paternidade. Essa busca resultou em quinze artigos.

Em sua maioria, os artigos eram derivados de experiências de intervenções psicossociais junto às mulheres em situação de violência, que eram realizadas com a participação de psicólogas sociais, professoras universitárias e estudantes de Psicologia, tanto junto às organizações da sociedade civil quanto na recém-criada Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher, e também no campo da saúde reprodutiva, tendo em vista questões como o aborto, as práticas contraceptivas, o exercício da paternidade e maternidade e as relações conjugais. Outras questões começavam a ser tratadas pela perspectiva feminista e de gênero, entre elas as relações entre meninos e meninas em situação de rua, nas quais as/os pesquisadoras/pesquisadores perceberam a reprodução da dominação dos meninos sobre as meninas.

O encontro do feminismo com a psicologia social, em Belo Horizonte (MG)

Moreira (2016) rememora que o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM) foi fundado em Belo Horizonte (1980) com o objetivo de prestar atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres que sofriam violência doméstica. O CDM, ligado ao movimento feminista, congregou psicólogas, sociólogas, assistentes sociais e advogadas que, além do atendimento direto às mulheres, também se organizavam para reivindicar do Estado a criação de delegacias especializadas em crimes contra a mulher e a inclusão da defesa dos direitos das mulheres na agenda política pública.

O trabalho cotidiano no CDM produziu uma série de questões de pesquisa, pois a violência contra a mulher revelava-se uma prática social arraigada e naturalizada na sociedade brasileira. Essa violência não se apresentava como exceção, mas insidiosa no cotidiano, como se fosse uma pauta natural e imutável nas relações entre homens e mulheres ao longo de muitas gerações. Muitas integrantes do CDM eram também professoras universitárias ou alunas nos cursos de Psicologia, de Ciências Sociais e Políticas, de Serviço Social, de Direito, e as inquietações da militância não tardaram a ser traduzidas como questões de pesquisa e levadas às universidades.

Era urgente e necessário que a temática da violência contra as mulheres fosse incorporada como questão da Psicologia Social, desde a perspectiva psicossocial, ou seja, a perspectiva da superação das falsas dicotomias entre o indivíduo e o social, entre o singular e o coletivo.

Em 1985, foi criada a Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher, como fruto da reivindicação do movimento feminista. As experiências do CDM-BH, assim como a dos grupos dos SOS mulher, criados em outros estados brasileiros, foram modelos úteis para a instalação de serviços de atendimento psicossocial nas delegacias.

O CDM-BH, instituição da sociedade civil organizada pelas próprias militantes, era um espaço mais familiar para o feminismo, ao passo que a Delegacia, uma instituição policial, era um espaço estranho. Eram muitas as novidades vividas em um equipamento policial que passava a ser composto, em sua grande maioria, por mulheres ocupando os cargos de delegadas, escritãs, investigadoras, até então majoritariamente exercidos por homens, na antiga Delegacia de Costumes. A cultura institucional machista naturalizada exigiu de todas as envolvidas sucessivas aproximações e construções coletivas, para que pudesse haver um diálogo entre as concepções

feministas da violência contra a mulher e as concepções cristalizadas no âmbito da instituição policial.

Os registros feitos na Delegacia de Mulheres propiciaram várias indagações teórico-metodológicas sobre as práticas feministas e da Psicologia, assim como sobre as práticas policiais e jurídicas. A Delegacia de Mulheres, uma instituição pública, estava voltada, ao lado dos Conselhos Nacional e Estadual da Mulher, para a defesa e garantia dos direitos das mulheres, no contexto da sociedade brasileira que reconstruía o Estado democrático, pois recentemente saía do regime ditatorial implantado em 1964, o qual havia durado 21 anos. Barbieri (1991) considera que as relações entre a academia e o feminismo foram estabelecidas pela via da mão dupla, de formação e informação. O cotidiano da prática, especialmente no campo da violência contra a mulher, produziu estranhamentos e questões; os saberes acadêmicos foram questionados e provocados para a produção de novas reflexões e estratégias, de tal modo que a prática informava a teoria e a teoria informava a prática.

A Psicologia Social ofereceu às psicólogas que se propuseram ao trabalho no campo institucional da violência de gênero algumas importantes ferramentas já construídas pela Psicologia Comunitária, pelos dispositivos da análise institucional, pelas metodologias da observação participante e da intervenção psicossociológica, mas foi também informada pelo campo das particularidades e singularidades da complexa questão da violência doméstica e da lógica das relações de gênero.

O conhecimento que se começou a produzir nesse contexto foi acolhido pela Abrapso em seus encontros mineiros e nacionais, nos quais as experiências de trabalho com as mulheres em situação de violência puderam ser relatadas e discutidas. Os primeiros números de *Psicologia e Sociedade*, segundo Cruz e Stralen (2012), foram derivados dos encontros abrapsonianos de Psicologia Social, o que lhes imprimiu uma aparência de anais de eventos científicos e não de artigos científicos com regras e formatos que passaram a ser exigidos após a instituição das práticas de avaliação “Qualis-Periódico” pela Capes.

Cruz e Stralen (2012) informam que, entre 1986 e 1992, a presença de autoras inseridas em instituições acadêmicas e profissionais de Minas Gerais, que contribuíram para a revista *Psicologia e Sociedade*, foi bastante significativa. Os autores apuraram 120 trabalhos, o que representou 44% da produção do período. Desse universo, 8,3% dos artigos foram agrupados nas

categorias de gênero e sexualidade, condição da mulher na sociedade contemporânea e discussões teóricas sobre as relações entre a Psicologia e os estudos de gênero.

Os relatos destacavam que as pesquisas realizadas filiavam-se basicamente às estratégias metodológicas qualitativas, com prevalência da utilização da observação participante e da intervenção psicossociológica.

As psicólogas sociais começando a fazer gênero

A revista *Psicologia e Sociedade* inicia a sua história em 1986, em Maringá (PR). O editorial do número inaugural anunciou que a revista seria semestral e dedicada à publicação de artigos originais e de conferências proferidas nos encontros da Abrapso. Isso se realizou naquele ano com dois números: o primeiro, derivado do Encontro Regional de Psicologia Social, ocorrido em Maringá; o segundo, temático, reunia artigos dedicados ao provocativo tema: “Psicanálise ou marxismo: dilema da Psicologia Social?”. Esses dois números ainda não traziam artigos sobre a questão da mulher.

As dificuldades inerentes à edição e distribuição de uma revista impressa impediram que o terceiro número fosse publicado no primeiro semestre de 1987, como planejado. Um único número foi publicado em setembro daquele ano, trazendo o primeiro artigo sobre a violência contra a mulher, com o título: “Delegacias de mulheres – visibilidade para a violência sobre a mulher”, de autoria de Karin Ellen von Smigay. As delegacias especializadas em crimes contra as mulheres começavam a ser criadas no país, em meados da década de 1980, e a de Belo Horizonte foi inaugurada em 1985, por reivindicação do movimento feminista, como já assinalado.

O movimento feminista demandava não só uma delegacia especializada, mas uma mudança na postura dos órgãos policiais e judiciais frente ao atendimento das mulheres em situação de violência. Smigay (1987), professora ligada ao setor de Psicologia Social da Fafich/UFMG e militante feminista, acompanhou a instalação da Delegacia de Mulheres na cidade e prestou assessoria às policiais. Em seu artigo, relata que “como movimento social, o feminismo luta por mudança e solicita um novo atendimento por parte da polícia. Quer

respeito e consideração, investigação e punição, enfim, quer que a violência sofrida seja tratada tal como ela é: um crime” (p. 35).

Smigay (1987) discute a especificidade da violência praticada contra a mulher e avalia que, já nos seus primeiros anos de funcionamento, a Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte (MG) revelava a extensão, a especificidade e a intensidade da violência contra a mulher. A violência doméstica ganhava, então, visibilidade, e a sua prática, até então sistematicamente ocultada, era desnudada. A Delegacia produziu registros e dados que alimentavam e demandavam pesquisas sobre a violência contra a mulher e sobre os desafios vividos por suas vítimas no momento da denúncia, da investigação policial e do encaminhamento dos processos à Justiça.

A trama dos processos mostrava a enorme complexidade da violência repetidamente vivida entre pessoas que estabeleciam vínculos conjugais, moravam juntas, tinham filhos, ou seja, o agressor não era uma figura estranha à mulher, pelo contrário, era alguém que desfrutava de sua intimidade, tendo os personagens da violência uma história afetivo-sexual. O artigo de Smigay (1987) convida e mesmo convoca a Psicologia Social a se ocupar da especificidade dessa violência. Se a violência contra a mulher não era uma novidade na sociedade brasileira, pois era prática histórica, a novidade era o esforço para torná-la visível e um problema afeto à ordem pública e também objeto de pesquisa a ser incorporado pela academia, com o compromisso de escutar as próprias mulheres.

No Brasil, principalmente na última década, o movimento feminista e em especial os grupos que atuam na área da violência vêm denunciando de forma sistemática a condição de opressão e discriminação que a mulher sofre em nossa cultura. Ao fazerem a denúncia da violência, as mulheres procuram chamar a atenção sobre essa experiência tão intensa e tão presente em suas vidas, que se abate sobre elas pelo fato mesmo de serem mulheres. (Smigay, 1987, p. 34)

A publicação desse relato tem um significativo sentido político, pois a violência contra a mulher passa a ser considerada um problema também para a ciência e para a Psicologia, o que reafirma que ela não é natural, nem pode ser naturalizada. É preciso compreender como é produzida e quais são suas afetações singulares e coletivas. O funcionamento da recém-criada Delegacia de Mulheres é tomado também como um assunto

no campo da Psicologia Social: era preciso compreender suas tramas institucionais e suas lógicas de poder.

Em 1988, a revista cumpriu a sua meta de semestralidade: publicou o primeiro número em março e o segundo em setembro. No número de março, numa seção com o título “500 anos de feminismo”, são publicados oito artigos. O título do primeiro, de Marília Novais da Mata Machado, é bastante sugestivo: “A questão da mulher como tema da Psicologia Social”. A autora reflete sobre as reações suscitadas pela oferta, em 1978, no curso de graduação em Psicologia da Fafich – UFMG, de uma disciplina intitulada “Psicossociologia da Mulher”.

A autora argumenta que “falar de uma psicossociologia da mulher coloca em questão a universalidade dos resultados científicos obtidos e põe em dúvida a possibilidade de uma ciência psicológica universal” (Machado, 1988/1989, p. 146). Tal questão implica o questionamento também das relações de poder estabelecidas, elementos suficientes para produzir reações do *status quo*.

Machado (1988/1989) conclui o seu artigo afirmando a pertinência do tema da mulher no campo da Psicologia Social:

Ora, a Psicologia Social é disciplina responsável pela pesquisa do estabelecimento da identidade social (e, portanto, sexual). Furtar-nos a esse estudo, ignorarmos a especificidade do feminino e do estabelecimento da identidade feminina é ignorar a própria Psicologia Social e metade da experiência humana. (p. 146)

Ainda nessa seção, outros dois artigos chamam a atenção. Sandra Azeredo trata das relações entre as empregadas domésticas e suas patroas, apontando desde o título a inter-relação do racismo com o sexismo, bem como a desigualdade das relações de poder entre mulheres atravessadas pela dimensão da classe social. O terceiro artigo, de Maria Helena Nolasco de Abreu (1988), traz no título, pela primeira vez, a palavra “gênero”: “Papéis de gênero e vida conjugal: uma revisão crítica da literatura e características de uma população”. A indicação dos papéis de gênero na vida conjugal traz elementos para a reflexão sobre os modos distintos de socialização de homens e mulheres.

No segundo número do ano de 1988, foram publicados dois artigos sobre a temática específica das mulheres. No primeiro, de Karin Ellen von Smigay, “A constituição de um

grupo por e para mulheres na instituição universitária – desventuras de quem a viveu”, a autora relata e analisa o processo grupal vivido por professoras e alunas do curso de Psicologia que buscavam refletir sobre a condição feminina e, ao mesmo tempo, preparar-se para desenvolver, por meio da pesquisa e da extensão universitária, um trabalho em grupo com outras mulheres sobre suas questões relacionadas à sexualidade, maternidade, trabalho, entre outras.

O segundo artigo, de Maria Ignez Costa Moreira, “Sedução”, propõe uma reflexão sobre o crime de sedução, previsto no Código Penal brasileiro de 1940, mas que ainda vigorava 40 anos após sua promulgação. A autora mostra como o texto legal, antes de proteger as mulheres, protege “certa moral conservadora”, que reserva às mulheres o papel de “vítima inocente” seduzida com promessas de casamento e aos homens o papel de “vilão” da história. Embora o texto legal não obrigasse explicitamente o casamento, esse era considerado como um ato de “reparação”, o que extinguiu qualquer processo. Além disso, não se considerava a autonomia da jovem mulher frente às possibilidades de decidir sobre sua vida afetivo-sexual.

O sexto e o sétimo números da revista são datados de novembro de 1988/março de 1989, publicação especial feita para comemorar o aniversário de dez anos do movimento que resultou na criação da Abrapso. Nesse número, encontramos o artigo “Itinerários da violência contra a mulher ou o que dizer da sedução?”, de autoria de Karin Ellen von Smigay, Ana Lúcia de Souza e Maria da Conceição Rubinger. Nele, as autoras apresentam os resultados de uma pesquisa sobre a violência contra a mulher, realizada no CDM-BH, entre 1985 e 1986, com apoio da Fundação Ford, destacando o aspecto da sedução:

Partimos do pressuposto de que há uma construção cultural (portanto, histórica) que determinou lugares e papéis para a mulher e que, para conformar o seu “destino”, elabora normas de conduta. Estes, quando transgredidos, garantem aos detentores de seu controle (homens em particular e suas instituições) colocar em prática dispositivos que tendem a se configurar como violentos. (p. 130)

Em 1989, são publicados mais dois artigos referentes às questões das mulheres. De Karin Ellen von Smigay, “Mulheres: (re)partidas e excluídas”, e de Maria Ignez Costa Moreira, “Delegacia de Mulheres: relato de uma experiência em Psicologia Social”.

Smigay (1989) constrói seu texto em torno do argumento de que o feminismo, enquanto movimento social, entende a questão da mulher como política:

Pusemos em debate a tese de que o privado é político e discutimos aquilo que Foucault denominou “as formas moleculares de poder”. Tocamos em pontos como a invisibilidade da experiência real, concreta, das mulheres nas relações sociais: falamos do silenciamento e solidão da vida, da demarcação de um espaço próprio, mas não escolhido por nós. (p. 12)

Moreira (1989) trata do projeto de atendimento psicológico a ser realizado na recém-criada Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher, de Belo Horizonte, por meio do dispositivo grupal.

O dispositivo do grupo será de grande valia. O Grupo de Mulheres parece-me ser um facilitador da expressão da mulher que, entre iguais, tem a possibilidade de restaurar sua fala. Por outro lado, o grupo também age no sentido de fortalecimento da identidade da mulher, facilita ainda o processo de conscientização do problema sofrido [...] o problema da violência não é apenas subjetivo e privado, mas também social e político. (p. 22)

O oitavo número da revista, novamente, abrangeu dois períodos compreendidos entre novembro de 1989 e março de 1990. As dificuldades de manutenção da periodicidade da revista em sua fase inicial acarretavam a junção de dois números em uma mesma publicação. Os artigos publicados nesses números eram derivados dos trabalhos apresentados no V Encontro Nacional, realizado em João Pessoa – PB (1989) e no V Encontro Mineiro, em Cambuquira – MG (1990).

Na seção “Psicossociologia dos papéis sexuais”, encontramos três artigos: “A paternidade negada: contribuições acerca do aborto”, de Karin Ellen von Smigay. Maria Lúcia Rocha Coutinho é a autora do artigo “Em que espelho ficou perdida a minha face? A identidade feminina como discurso ideológico” e o terceiro artigo, “Meninas de rua: o cotidiano e a lei”, de Elizabeth de Melo Bomfim, Márcia Midôri Watanabe e Marilene Coura Nascimento.

Chama a atenção o título da seção “Papéis sexuais”, uma referência aos processos de socialização para o exercício de papéis sociais considerados próprios aos homens e

mulheres. Ainda não encontramos nenhuma referência à categoria de gênero. A vivência da paternidade como um elemento na construção identitária dos homens é discutida por Smigay (1989/1990) pelo seu avesso, ou seja, o da paternidade não realizada:

Lidar com a paternidade e sua negação é lidar com toda uma rede social, com o interjogo das representações, identidades e transformações, processos de mudança em relação a si, à mulher, à criança, à família. Pressupõe uma continuidade da linha onde já desenvolvemos nossas pesquisas – constituição de grupos e instituições e transformações psicossociais e culturais. (p. 31)

Coutinho (1989/1990) discute a suposta universalidade da “identidade feminina” a partir de conceitos amplamente tratados no campo da Psicologia Social. Estes abrangem o próprio conceito de identidade como uma construção psicossocial realizada em contextos históricos determinados e o conceito de ideologia, que a Psicologia Social toma em sua vertente marxista para elaborar a crítica sobre a desconsideração da perspectiva histórica da dimensão humana singular.

Neste trabalho, pretendemos discutir as relações entre linguagem, sociedade e identidade feminina, tentando mostrar como essa identidade tem sido construída a partir de um discurso social que visa atender e se adequar às necessidades e mitos de uma sociedade determinada em um momento histórico específico. E, uma vez que esse discurso desempenha um importante papel na construção da subjetividade das mulheres, ele tem servido para mantê-las na posição de subordinação em que há muito se encontram. (Coutinho, 1989/1990, p. 36)

No terceiro artigo, Bomfim, Watanabe e Nascimento (1989/1990) discutem a particularidade das “meninas” em situação de rua e a violência que sofriam por parte de seus companheiros: “os meninos em situação de rua”. As autoras trazem uma importante reflexão sobre a reprodução da desigualdade de gênero em um contexto marcado pela exclusão social.

A relação da menina de rua com o seu companheiro segue um modelo tradicional de relação homem/mulher, em que aquele que é o responsável pela manutenção da família e da casa é quem toma as decisões, é quem toma a iniciativa das relações sexuais com outras mulheres; a mulher, por outro lado, fica responsável pelos

afazeres domésticos, espera-se que ela acate e cumpra as decisões tomadas pelo homem, mantenha-se fiel a ele e cuide para que a relação se mantenha. (Bomfim, Watanabe, & Nascimento, 1989/1990, p. 52)

O próximo número, editado em novembro 1990 – março 1991, marca o término da gestão da Abrapso desempenhada por membros de Minas Gerais e a consequente mudança para São Paulo da Diretoria Nacional dessa associação e do Conselho Editorial da revista. Nesse número (9), encontramos uma seção intitulada “Relações de gênero e afetividade”, composta por três artigos: no primeiro, “Caminhos da consciência: a história de uma luta pela saúde da mulher”, Ângela Arruda (1990/1991) apresenta os resultados de uma pesquisa com um grupo de mulheres da Paraíba em sua luta pela saúde:

Essa história tem ramagens e raízes múltiplas e difusas para além dos anos 80 e das fronteiras paraibanas. Uma delas é também uma aventura, aventura-mãe, acontecida na transição desencadeada pela Década da Mulher, quando as posições feministas ganharam visibilidade. Algumas se referem à saúde da mulher (PAISM) do Ministério da Saúde, em 1983. Aventura do discurso transplantado. Aventura de dúvida: adesão ou cooptação? (p. 62)

Em “Acerca da imagem do pai: notas para pensar a paternidade no imaginário masculino”, Karin Ellen von Smigay (1990/1991) articula a noção de gênero e de paternidade, considerando que ambas são construções históricas e culturais:

A noção de identidade de gênero refere-se à construção social do sexo, isto é, aos papéis e valores que o constituem em dado momento histórico, em uma dada sociedade, de tal forma que engloba o sexo biológico. Usar a categoria de gênero nos permite introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise; é uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. (p. 86)

Sônia Roedel (1990/1991), em seu artigo, busca aproximar a noção de representação social, cara à Psicologia Social, com a de gênero, mostrando que ambas as categorias discutem modos de produção de sentido para práticas sociais. O foco do artigo diz respeito às negociações entre homens e mulheres sobre práticas contraceptivas a partir da influência das representações sociais de gênero:

Os lugares determinados a homens e mulheres em relação à reprodução dos seres humanos, que não é só a reprodução biológica, mas, sobretudo, uma reprodução de indivíduos para determinados lugares sociais, são diferentes e complementares. Isto não só por ser a mulher que engravida, pare e amamenta, mas, sobretudo, por lhe ser atribuído o papel de conservação da vida do bebê e de sua primeira educação. (p. 96)

Esse último conjunto de artigos incorpora a noção de gênero como uma categoria que possibilita a análise das práticas de saúde, vistas desde a perspectiva da mulher, como propõe Arruda (1990/1991). Além disso, Smigay (1990) e Roedel (1990/1991) trazem o construto de gênero para a reflexão das relações entre homens e mulheres no campo das práticas contraceptivas e do exercício da paternidade.

O conceito de gênero, que nasce do movimento feminista e da luta pela emancipação e autonomia das mulheres, chega à Psicologia Social e passa a ser mais amplamente compreendido: não como um substitutivo do termo “mulher”, mas como uma categoria capaz de produzir análises sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres.

Considerações finais

A revisão dos artigos publicados em *Psicologia e Sociedade* entre 1986 e 1991 mostrou a potência da produção sobre a condição social da mulher e sobre as relações de gênero, especialmente no contexto de Belo Horizonte (MG), no campo da Psicologia Social. As autoras, como pesquisadoras e professoras de Psicologia Social, tiveram um papel essencial na formação de psicólogas sociais que incorporaram a discussão das relações de gênero como temática importante na Abrapso.

Os estudos sobre a condição das mulheres foram realizados a partir das metodologias já praticadas no âmbito da Psicologia Social, que buscavam conhecer os contextos concretos e cotidianos, valendo-se da pesquisa participante e da intervenção psicossocial, que contribuíram para que as mulheres ocupassem um lugar ativo, de sujeitos de fala e não de sujeitos falados.

O contexto de produção de conhecimento sobre a violência cometida contra as mulheres e sobre as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres era simultaneamente o contexto da intervenção psicossocial com implicações para a mudança subjetiva de todas e todos os envolvidos.

As relações das práticas feministas com a Psicologia Social, nesse contexto histórico da década de 1980 e início dos anos 1990, produziram aprendizagens recíprocas. As metodologias de trabalho com os grupos e as instituições, originárias da Psicologia Social, possibilitaram compreender as relações de poder e a implicação política das vivências singulares das mulheres envolvidas nesses processos. Por outro lado, a perspectiva do feminismo trouxe indagações à Psicologia Social e as aprendizagens decorrentes dessa fase geraram a incorporação da categoria gênero no campo da Psicologia Social, que, ao lado da categoria de classe social, já trabalhada pela Psicologia Social abrapiana, traz mais uma dimensão para a discussão das diferenças e para a crítica da naturalização da desigualdade entre homens e mulheres.

O esforço desta revisão se justifica no momento em que nos preparamos para encerrar a segunda década do século XXI, pois rever a trajetória do encontro entre o feminismo e a Psicologia Social em Minas Gerais possibilita rever aprendizagens, avaliar conquistas e nos inspirar para seguir na luta, pois ainda não alcançamos a superação da violência contra a mulher, que segue como um fenômeno social cotidiano e não como uma exceção.

Os novos feminismos trazem indagações sobre os processos coletivos e singulares. Gênero é um conceito e uma categoria analítica em permanente construção, e a Psicologia Social dialoga historicamente com a perspectiva feminista.

Referências

- Abreu, M. H. N. de (1988). Papéis de gênero e vida conjugal: uma revisão crítica da literatura e características de uma população. *Psicologia e Sociedade*, 3(4), 169–171.
- Arruda, A. (1990/1991). Caminhos da consciência: a história de uma luta pela saúde da mulher. *Psicologia e Sociedade*, 6(9), 61–87.

- Barbieri, T. (1991). Sobre la categoria género. Una introducción teóricometodologica. In S. Azeredo, & V. Stolcke (Orgs.), *Direitos reprodutivos* (pp. 25–46). São Paulo: Prodir/Fundação Carlos Chagas.
- Bomfim, E. M., Watanabe, M. M., & Nascimento, M. C. (1989/1990). Meninas de rua: o cotidiano e a lei. *Psicologia e Sociedade*, 5(8), 49–62.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coutinho, M. L. R. (1989/1990). Em que espelho ficou perdida a minha face? A identidade feminina como discurso ideológico. *Psicologia e Sociedade*, 5(8), 34–48.
- Cruz, R. N., & Stralen, C. J. V. (2012). A produção do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo a partir da revista *Psicologia e Sociedade*, 1986–1992. *Psicologia e Sociedade*, 24(1), 227–239. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100025>
- Hita, M. G. (2002). Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção dos sujeitos. In H. B. Almeida (Org.), *Gênero em matizes* (pp. 319–351). Bragança Paulista: Universidade São Francisco.
- Machado, L. Z. (1994). *Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB. (Série Antropologia 170)
- Machado, M. N. M. (1988/1989). A questão da mulher como tema da Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, 3(4), 143–148.
- Moreira, M. I. C. (1988/1989). Sedução. *Psicologia e Sociedade*, 3(5), 114–123.
- Moreira, M. I. C. (1989). Delegacia de Mulheres: relato de uma experiência em Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, 4(7), 19–29.
- Moreira, M. I. C. (2016). Uma colcha de retalhos: legado feminista para a Psicologia Social. In L. C. C. B. Rena, F. J. M. Viana, L. Gonçalves, I. A. Ramos, & M. N. M. Machado (Orgs.), *A política no cotidiano: contribuições teóricas e práticas na Psicologia Social* (pp. 179–197). Porto Alegre: Abrapso.
- Muniz, D. C. (2015). Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres. *OPSS*, 15(2), 316–32. <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.34189>

- Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In J. Pedro & M. Grossi (Orgs.), *Masculino, feminino, plural* (pp. 25–37). Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Roedel, S. (1990/1991). Gênero e representações sociais: anotações para uma aproximação dos conceitos. *Psicologia e Sociedade*, 6(9), 95–102.
- Santos, L. C., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., & Mayorga, C. (2016). Gênero, Feminismo e Psicologia Social no Brasil: análise da revista *Psicologia e Sociedade* (1996–2010). *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 589–603. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p589>
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2), 5–22. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Smigay, K. E. V., Souza, A. L., & Rubinger, M. C. (1988/1989). Itinerários da violência contra a mulher ou o que dizer da sedução? *Psicologia e Sociedade*, 3(6), 130–140.
- Smigay, K. E. V. (1987). Delegacias de mulheres: visibilidade para a violência sobre a mulher. *Psicologia e Sociedade*, 3(3), 34–37.
- Smigay, K. E. V. (1988/1989). A constituição de um grupo por e para mulheres na instituição universitária: desventuras de quem a viveu. *Psicologia e Sociedade*, 3(5), 103–113.
- Smigay, K. E. V. (1989). Mulheres: (re)partidas e excluídas. *Psicologia e Sociedade*, 4(7), 11–18.
- Smigay, K. E. V. (1989/1990). A paternidade negada: contribuições para o estudo acerca do aborto. *Psicologia e Sociedade*, 5(8), 29–33.
- Smigay, K. E. V. (1990/1991). Acerca de imagens do pai. *Psicologia e Sociedade*, 6(9), 88–94.

Recebido em: 24/10/2018

Aprovado em: 30/12/2019